

---

## **ABGD e INEL defendem que as regras da GD não mudem até a consolidação do mercado**

Em reunião da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) com associações do setor, realizada na manhã de hoje, a Associação Brasileira de Geração Distribuída (ABGD) e o Instituto Nacional de Energia Limpa (INEL) surpreenderam o órgão regulador ao propor como um ponto de partida para a revisão da Resolução Normativa no 482 a manutenção das regras atuais, iniciando a transição apenas quando o índice de penetração da geração distribuída (GD) atingir 5% da energia injetada na rede elétrica – ou seja, manter o cenário 0 proposto pela própria ANEEL em 2019. A GD consiste na geração de energia para consumo próprio, que pode ser feita com painéis solares no telhado de casa, com o aproveitamento de resíduos ou com outras fontes renováveis como eólica, biomassa e hidrelétricas de pequeno porte.

“Em nossa opinião, devemos estar atentos para o que ocorre em todo o mundo, melhorando e aprimorando o que já existe no Brasil; portanto, faz sentido mantermos as regras atuais, ou seja, cenário 0, até atingirmos o índice de 5% de penetração em GD”, explica Carlos Evangelista, presidente da ABGD. “No entanto, buscamos o consenso. Se fomos partir para uma proposta consensual, onde todas as expectativas do setor sejam atendidas dentro do razoável, exequível e factível, apoiamos o texto proposto pelo Dep. Lafayette Andrada, contido no CBEE”, pondera o executivo.

O posicionamento das entidades acontece após impasses no processo de revisão, que já dura dois anos. As entidades avaliam que, se não é possível promover avanços na regulação atendendo às demandas dos produtores de energia limpa e da sociedade, o melhor é deixar as regras como estão até que a modalidade esteja consolidada. No entanto, há caminhos possíveis para o consenso: “A proposta que integra o CBEE é o melhor Projeto de Lei apresentado para reger o tema e foi elaborado por um grupo heterogêneo, multidisciplinar e altamente especializado, que considerou o setor elétrico sob todos os aspectos: técnico, ambiental e social, computando todos os custos e benefícios da geração distribuída, mantendo-se alinhado com a resolução no 15 do Conselho Nacional de Política Energética (CNPE), órgão máximo da política energética do Brasil”, destaca Evangelista.

O presidente do INEL, Heber Galarce, concorda com o tema e vai mais longe “Conversamos com diversos setores do mercado, em especial com o Agro. Eles também avaliam que o momento é de expansão da Geração distribuída e para isso iremos trabalhar pelo cenário zero ou um PL que busque o consenso, como o Dep. Lafayette Andrada”.